

A Terronha de Pinhovelo na *ciuitas zoelarum*: primeira síntese

Helena BARRANHÃO

João Pedro V. TERESO

Resumo

O povoado da Terronha de Pinhovelo encontra-se no antigo território dos Zoelae, possivelmente no seu limite meridional, detendo um papel geo-estratégico importante. Define-se aqui essa entidade, os Zoelae, a diversos níveis: a cultura, a história, a visão dos autores clássicos, a economia e o território.

Uma pequena sùmula de informações referentes aos períodos romanos e proto-históricos no Concelho de Macedo de Cavaleiros permite compreender as alterações que ter-se-ão verificado com a chegada dos romanos, o abandono de diversos locais de habitat, a fundação de novos outros.

Palavras-chave: Terronha de Pinhovelo; Macedo de Cavaleiros; Zoelae; Romano; Idade do Ferro

Abstract

Terronha de Pinhovelo is a settlement placed next to the southern limits of the ancient territory of the Zoelae. It may have been crucial to the defence of its borders and the passage through the Macedo Valley. During the two excavation summer-campaigns three different areas were opened exposing several domestic areas and defensive stone banks.

A short data analysis, mainly from surveys in the Macedo de Cavaleiros area, shows that most Iron Age settlements don't provide any evidence for a roman occupation. At the same time, new settlements have been established during the roman period, all in open places without natural defence conditions.

Key-words: Terronha de Pinhovelo; Macedo de Cavaleiros; NE Portugal; Zoelae; Roman; Iron Age

1 – OS ZOELAE AQUANDO DA CONQUISTA DO TERRITÓRIO

1.1 - Antes de Roma

O estado actual do conhecimento acerca dos povos pré-romanos do Noroeste da Península é bastante problemático. Os dados são escassos devido à falta de investigação arqueológica bem como pela ambiguidade das informações obtidas através dos autores clássicos. Muitas vezes os dados que os autores clássicos nos fornecem acerca destes mesmos povos são confusas quanto às balizas temporais dos factos a que se reportam, não permanecendo claro se estes se referem a períodos anteriores ou posteriores à implantação das estruturas administrativas romanas.

Apesar dos obstáculos na investigação, é hoje consensual que em fases Pré-romanas, o território de Trás-os-Montes encontrava-se ocupado por populações que tinham como base de subsistência uma economia agro-pastoril. Por motivações geo-estratégicas, encontrar-se-iam integradas em redes de povoados fortificados, cada um dispondo individualmente de um conjunto de recursos diferenciados que permitiria a sua sobrevivência (Redendor, 2002, p.25-28; Lemos, 1993, p.192-224).

As fontes literárias, arqueológicas e epigráficas permitem-nos esboçar alguns dos aspectos da organização política e social dos povos do Norte da Península.

F. Sande Lemos (1993, p.241; 1996 p.151-152) sugere que cada povoado seria composto por uma família extensa agregada por consanguinidade. Segundo o autor, as zonas nas quais não se verifica a presença de qualquer povoado seriam áreas de exploração comum. Estes espaços poderiam ser ainda o mote de conflitos entre os diferentes grupos, justificando assim a construção de espaços amuralhados bem como o estabelecimento de alianças e pactos como veremos mais adiante.

Para além dos Galaicos e Cântabros, o Noroeste da Península Ibérica na Antiguidade encontrava-se ainda povoado pelos Ástures. Sabe-se que, em tempos romanos, este povo dividia-se em dois subgrupos, os *Ástures Transmontani* (os *Lugones* e *Paeci*) e os *Ástures Augustani* (os *Amaci*, *Baedunienses*, *Brigaecini*, *Gigurri*, *Lancienses*, *Lugeii*, *Lugones*, *Orniaci*, *Selini*, *Superati*, *Tiburi* e *Zoelae*), ou seja, os que se localizavam a Norte e a Sul da Cordilheira Cantábrica respectivamente (Mourinho, 1980, p.93-95). É Plínio (XIX 10) quem refere a localização dos Zoelae com “(...) *ciuitas ea Gallaeciae et oceano propinqua*”, mencionando o facto de serem um dos vinte e dois povos Ástures (Plínio, III 28).

Por entre os povos dos *Ástures*, os Zoelas são os que mais nos interessam pela sua localização geográfica. Jorge Alarcão (1988, p.57) propõe que o limite territorial dos Zoelae localizar-se-ia nos contrafortes da Serra de Bornes e Mogadouro, seguindo o Douro Internacional, criando assim os limites Sul e oriental. Por outro lado o rio Tuela constituiria o limite ocidental. Como fronteira setentrional o autor aponta a Serra de Montezinho.

A partir da revisão de propostas anteriores, F. Sande Lemos (1993, p. 482-485) propõe limites mais alargados. O território dos Zoelae seria limitado a Norte pela Serra da Segundera e de La Culebra, a Oriente pelo rio Esla e Douro, a Sul pela Serra de Bornes e da Navalheira e a Ocidente pela Serra da Nogueira e rio Rabaçal.

Há que salientar que não é possível afirmar que os territórios das *ciuitates* instituídas pela *Pax Romani* correspondem escrupulosamente aos territórios dos povos da Antiguidade (neste caso os *Zoelae*), devido aos movimentos naturais dos grupos étnicos. Inicia-se assim a difícil tarefa de destrinçar o que é

“fabríco romano” daquilo que lhe seria imediatamente anterior já que ambas as propostas (de definição dos territórios pré-romanos e das *ciuitates* romanas) se basearam no conhecimento que hoje temos dos limites territoriais romanos.

Como já foi referido, a unidade doméstica era a base destas comunidades, fundadas por várias famílias nucleares tendo em comum os laços de sangue e residência comum. As fontes clássicas (Estrabão III 3, 7) atestam esta mesma unidade doméstica na descrição das festas familiares: “(...) *Bebem geralmente cerveja e raramente vinho, e o pouco que têm depressa o consomem em banquetes familiares*”. Nestas comunidades, os padrões socio-económicos seriam outro dos pontos em comum, tal como os direitos de propriedade e de sucessão e actividades religiosas.

Segundo as fontes clássicas, a mulher ocupava um lugar importante na sociedade indígena. É Estrabão (III 4,17) que refere as particularidades matriarcais, próprias dos Cântabros¹, e que tipos de sucessão matrilinear indirecta análogos foram também registados entre os povos Ástures (Schulten, 1962, p.51). Estrabão (III 3, 7) refere ainda que “ (...) *os habitantes das montanhas vivem dois terços do ano de bolotas, que secam e trituram e depois moem para fazer pão, que conservam durante muito tempo (...)*”. A recolha de macro-restos vegetais carbonizados de *Quercus* sp., em diversos povoados do Noroeste Português poderão indiciar a veracidade destas afirmações, contudo, o vazio de investigação arqueológica na região de Trás-os-Montes não permite desenvolver quaisquer conclusões referentes a estes dados.

Também a cultura do linho é mencionada por Estrabão (III 3,6). De acordo com o autor, a produção destinar-se-ia à confecção de vestuário pois grande parte dos guerreiros usava saíotes de linho. Plínio (XIX, 10) refere que este produto destinar-se-ia ao fabrico de redes de caça e que seria exportado para a península Itálica juntamente com outros produtos, de outras regiões, como o garum, metais e lã da Salácia (Alcácer do Sal). Naturalmente, referia-se já ao período de domínio romano.

1.2 – Os Zoelae e os romanos

Para uma melhor compreensão da integração dos territórios preexistentes e das etnias presentes no território (mais concretamente os *Zoelae*) no quadro administrativo Romano, faremos de seguida uma breve síntese acerca dos acontecimentos decorridos nas diversas acções militares que tiveram como palco o Noroeste da Península Ibérica.

A conquista do território desenvolve-se no contexto das guerras cântabro-ástures e chega-nos sob o testemunho de autores clássicos vários como Floro, Dion Cássio ou Orósio. O Noroeste da Península caracterizava-se nesta época pela insubmissão dos povos o que colocava entraves na manutenção da estabilidade, já conseguida em outros territórios.

No ano de 29 a.C. *C. Estalílio Tauro* inicia o conflito contra os Vaccei, Cântabros e Ástures (Dion Cássio, 51,20,5), enquanto que no final do ano de 27 a.C. Augusto chega à Península e encarrega-se dos Cântabros. Ao encarregar-se pessoalmente da conquista, Augusto obtém não só o domínio dos povos, como também o controle das riquezas auríferas e consequentemente o fortalecimento do seu poder pessoal na Ibéria.

¹ Refere que o homem dotava a mulher mas que a herança seria transmitida por linha feminina e que as mulheres trabalhavam tanto no campo como combatiam na guerra com os homens. Menciona ainda a particularidade de que caberia a elas a escolha da esposa dos seus irmãos (Estrabão, III, 4, 17) bem como a prática da “covada”, ainda hoje existente no sul da Península Ibérica (Estrabão, III, 4, 18)

Após 25 a.C. dá-se a queda de *Mons Medullius*² e consequentemente, a submissão do território Ásture. O território estaria, assim, sob o domínio das forças de Roma, à excepção de algumas facções, ainda revoltosas. O valioso testemunho de Dion Cássio menciona levantamentos dos Cântabros que se estenderam aos Ástures por volta de 22 a.C. Contudo, não há qualquer menção ao comportamento dos *Zoelae* perante Roma sendo que os dados actuais permitem-nos apenas supor o ano 25 a.C. como data da sua submissão (Redendor, 2002, p.26-28)

O domínio total do território Ibérico dá-se no ano de 19 a.C. iniciando-se de seguida a integração destas regiões nas divisões administrativas romanas, provavelmente moldando o sistema pré-existente. A Galécia e a Astúria são integradas na Província Citerior entre 16 e 13 a.C.. Segue-se o quadro provincial e a reorganização do Noroeste, encontrando-se os *Zoelae* inseridos entre os *Ástures Augustani* e colocados nas dependências do *conventus* de Asturica (Plínio, III, 28). Estes dados são atestados pelo pacto de 27 d.C. (CIL, II, 2633).

2- O DOMÍNIO ROMANO

A romanização teve um profundo impacto sobre esta região. A investigação que F. Sande Lemos (1995, p.295-310) conduziu no território de Trás-os-Montes Oriental, permitiu registar não uma transferência dos cumes para os vales mas sim “*um processo duplo*”. Possivelmente, esta transformação seria nada mais do que o fruto das profundas modificações na estruturação económica, impostas pela administração romana. A alteração do sistema agro-pastoril com a introdução de uma economia de mercado mais alargada não afectou a coesão *Zoela* nem a sua estruturação social já que o sistema gentílico se manteve, como os documentos epigráficos o atestam.

As comunidades indígenas da Antiguidade, embora reduzidas, tendo em conta os núcleos habitacionais, seriam dinâmicas e simultaneamente vulneráveis. Desta forma, torna-se quase obrigatório o decorrer do “*hospitium*”, uma norma de comportamento socialmente reconhecida dentro do grupo, que consolidaria laços entre as diferentes comunidades. “*São os celtiberos correctos e benevolentes com os estrangeiros pois todos aqueles que se apresentam, eles (...) disputam entre si pela hospitalidade que lhes brindam (...)*” (Diodoro 5,34; Lomas, 1983, p. 116-126).

Os *Zoelae* são mencionados em diversos documentos epigráficos, o mais conhecido a *Tábula de Astorga* (CIL II, 2633)³, um pacto de hospitalidade que proporcionou diversas interpretações quanto à

² Supõe-se que *Mons Medullius* localizava-se na região montanhosa de Bierzo (Tranoy, 1981, p.139)

³ *M(arco) Licínio Crasso*

L(ucio) Calpurnio Pisone co(n)s(ulibus)

III K (alendas) Maias.

Gentilitas desocorum ex gente Zoelarum

Et gentilitas Tridiauorum ex gente idem

Zoelarum hospitium uetustum antiquom

Renouauerunt, eique omnes alis alium in fidem

clientelamquesuam suorumque liberorum

Posterorum receperunt Egerunt

Arausa Blecaeni et Turaius Clouti, Docius Elaesi,

Magilo Clouti, Bodecius Burrali, Elaesus Clutami,

Per Abienum Pentili magistratum Zoelarum.

Actum Curunda

Glabrione et Homullo co(n)s(ulibus), V idus Iulias

Idem gentilitas Desocorum et gentilitas

Tridiauorum in eadem clientelam eadem

Foedera receperunt ex gente Auolgigorum

Sempronium Perpetuum Orniacum et ex gente

estrutura social dos povos indo-europeus, organizados em *gentilitates*. Note-se que as Tésseiras de hospitalidade não são mais que um plano jurídico, realizadas para uma maior formalização dos direitos e obrigações a que incorre quem livremente aceita ou intervém na hospitalidade. Este importante documento epigráfico, adicionado a outros encontrados em Astorga (CIL II 2651), León (CIL II 5684) e El Cueto (AE, 1988,759) atesta a integração dos *Zoelae* no *populus* dos Ástures.

F. Sande Lemos (1995, p.296) refere a importância do posicionamento geográfico da sede da *ciuitas* para a delimitação dos territórios. De facto, a depressão de Bragança, ou seja o extremo nordeste do actual território português, vem sendo considerada como área nuclear dos Zoelas, com centro político-administrativo em Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança). Nesse local foi recolhida uma inscrição dedicada pelo *Ordo Zoelarum* ao deus *Aernus*, considerado o deus protector (CIL II, 2606). A escolha da sede de *ciuitas*, segundo alguns autores, deveu-se ainda ao posicionamento geográfico, no centro dos povoados relacionados com o *gens zoelarum* (Alarcão, 1988, p.57; Vasconcelos, 1913, p.339). Note-se que expressão *Ordo Zoelarum* relaciona-se com a definição do estatuto político do território dos Zoelas. Sande Lemos (1995, p.302) atribui equivalência a *Ordo Decurionum*, relacionado com o estatuto municipal da *ciuitas*. Segundo o autor, o pacto de 27 e 152 d.C. levou à evolução no estatuto político administrativo do território dos *Zoelae*, continuando vigentes as unidades organizativas preexistentes, dentro das novas realidades administrativas impostas. Estas novas realidades não implicaram uma urbanização ou municipalização mas sim uma reestruturação profunda.

Datada de 41-54, a inscrição dedicada a Cláudio encontrada entre Fromil e Gostei, Bragança (CIL II, 6217) permite ainda tecer algumas considerações. Alguns autores consideraram-na um miliário mas essa hipótese foi afastada, sendo sugerido por José D'Encarnação tratar-se de um Cipo ou pedestal. Apenas o estudo do monumento por inteiro poderá levar a interpretações conclusivas. Independentemente destas hipóteses, o contexto do seu achado não é claro surgindo como possibilidade uma localização original na Torre Velha de Castro de Avelãs. Contudo, pouco se conhece deste sítio arqueológico. As intervenções de Henrique Pinheiro no ano de 1887, durante as quais foram exumadas várias estruturas, nomeadamente um pavimento com plintos quadrangulares, não foram conclusivas (Lemos, 1993, p.388; 1995, p. 295).

Alguns autores referem, porém, a existência de dados que conduzem à consideração de que na Torre Velha se encontraria o Fórum da *Ciuitas Zoelarum*, núcleo político-administrativo e religioso dos Zoelae (Alarcão, 1988, p.57), com reconhecimento público na época de Cláudio (Redendor, 2002, p. 62).

Como já tivemos hipótese de referir, as sociedades de tradição indo-europeia caracterizam-se por serem sociedades gentílicas pois as relações entre os indivíduos que as constituem estabelecem-se sob uma base de parentesco (real ou meramente simbólico) pressupondo a existência de um antepassado comum. Podemos equivaler o termo *cognatio* a um grupo de famílias, cuja união gera as *gentilitas*. Por sua vez, um conjunto de *gentilitates* origina a *tribu* que conseqüentemente gera o *populus*.

*Visaligorum Anonium Arquium te ex gente
Visaligorum Antonium Arquium et ex gente
Cabruagenigorum Flaium Fontonem Zoelas.
Egerunt
L(ucius) Domitius Silo et L(ucius) Flaius Seuerus.
Asturica.
(CIL II 2633).*

A célebre *Tábua de Astorga* (CIL II, 2633) revela-nos *gentilitates*, ou seja facções da *Tribu Zoelae*, como *Desonci*, *Tridiaui*, *Visaligi*, *Cabruagenigi* e os *Avolgigi*. A *cognatio* equivale assim à *gens* romana. O estudo deste mesmo pacto proporciona-nos alguma clareza quanto ao sistema organizativo gentílico em unidades superiores à família, diferenciando-se desta forma dos grupos humanos do Noroeste.

A análise do documento de Astorga (Redendor, 2002, p. 32-35) permite-nos dividi-lo em duas partes. A primeira corresponde à renovação de um antigo pacto de *Hospitium et clientelae* entre duas *gentilitates* Zoelas, os Desoncos e os Tridiavos. Este foi realizado na presença de um *magistratus zoelarum* (*Abienum Pentili*) em Corunda no ano de 27 d.C.⁴ Já no ano de 152 d.C., na capital do *conventus*, Asturica, o acto é estendido a três entidades particulares (três *gens*), os Avolgicos, Visaligos e Cabruagénicos, todos Zoelas (Mourinho, 1980, p. 96).

Alguns investigadores (González, 1993, p.56) consideram que a existência de um *magistratus zoelarum*, aliada à probabilidade de o local onde o pacto se renova ser o núcleo administrativo, indiciam que a *gens* seria uma comunidade política com outras instituições no seu interior, ou seja as *gentilitates*. É de notar que a necessidade de firmar o pacto sugere a existência de possíveis solidariedades. Contudo, outros investigadores (Alarcão, 1999, p.140) propõem que as *gentilitas* corresponderiam a unidades territoriais, constituídas por várias *cognitiones*. Armando F.C. da Silva (1986, p.267) refere a organização supra familiar, ou seja o castro (*castellum*) que deveria equivaler às *gentilitas* existentes em territórios do Noroeste Transmontano com esse sistema comunitário.

Mencione-se que o pacto de 152 d.C., realizado em Asturica Augusta, reflecte a perduração das unidades organizativas indígenas no quadro da *praxis* político administrativa romana. Como já foi referido, a implantação do sistema administrativo tem como base as *ciuitas* e a ampliação do pacto faz-se por dois *legatti*, representantes do poder na capital conventual (Redendor, 2002, p.34). Contudo, o documento permite conjecturar que o sistema político administrativo romano ainda não estaria bem vinculado em inícios do séc. I d.C. e que, provavelmente, tal poderia ter ocorrido apenas no intervalo dos dois pactos.

O pacto de Astorga torna-se insuficiente para atestar a persistência da identidade deste povo durante o período em que decorreu a romanização, mas a epigrafia, seja ela votiva ou funerária, testemunha a existência dos Zoelae revelando indivíduos, *ciuitas magistratus* desta etnia, que assistiram ao processo de mutação económica (Lemos, 1993, p.303-305).

Os testemunhos epigráficos romanos encontrados até hoje na zona entre o Sabor e o Douro, demonstram que a maior parte dos locais onde “(...) *se encontram esses nomes*, [referidos no pacto](...) *estão exclusivamente na zona Astur, principalmente aquela que ocupava a tribu Zoela (gens zoelarum), isto é a região entre o Douro e Sabor, até ao Esla e um pouco para lá de Castro de Avelãs até ao Tua (...)*” (Vasconcelos, 1913 p.60-63). A análise dos nomes do pacto de 27 d.C. e dos locais que possuem epígrafes com os mesmos nomes, demonstra uma etimologia indígena, ao contrário do que acontece no pacto de 152 d.C. no qual os nomes são já romanizados, e onde apenas o apelido (*signum*) é indígena (Mourinho, 1980, p.98).

⁴ António Maria Mourinho (in Actas do Seminário de Arqueologia, 1980, p.99) refere que “(...) o primeiro expresso no documento é já a renovação de outro antigo não sabemos de quando(...)”, tornando o documento de 27 d.C. o segundo pacto realizado, contudo, na bibliografia consultada não foi possível retirar qualquer conclusão quanto à existência de três documentos.

3 - EPIGRAFIA DO TERRITÓRIO DOS ZOELAE E MACEDO DE CAVALEIROS: CULTOS E SIMBOLOGIAS

As manifestações religiosas são um elemento cultural muito importante nas populações da Antiguidade auxiliando-nos na compreensão deste elemento intrínseco das comunidades que habitavam o Noroeste da Península Ibérica.

Os documentos epigráficos dão-nos a conhecer não só as Divindades que formam o panteão indígena mas ainda os indivíduos que as dedicam, incluídos num território circunscrito, tornando-se, em certos aspectos, melhores fontes de informação comparativamente aos dados retirados dos autores clássicos. Note-se, contudo, que a utilização da epigrafia demonstra-se insuficiente tornando-se necessário estender o estudo para disciplinas diversas como as análises linguísticas, iconográficas e mesmo da arquitectura dos monumentos.

À excepção do culto imperial, Roma não impôs uma obrigatoriedade de culto do panteão clássico às populações subjugadas, tendo existido sempre uma tolerância religiosa que proporcionou, com o decorrer dos tempos, um sincretismo religioso e fenómenos de aculturação de ambas as partes.

Grande parte das epígrafes conhecidas do Distrito de Bragança, sejam elas votivas ou funerárias, são marcadas pela simplicidade. O seu estudo permitiu identificar três divindades às quais era prestado culto no território dos Zoelae, são elas *Aernus*, *Bandua* e *Laesus*.

O deus *Aernus* é a divindade com mais dedicatórias na região de Bragança. Foi descoberta no séc. XVII, na capela-mor de Castro de Avelãs, Bragança, uma ara de mármore com a seguinte inscrição: DEO / AERNO / ORDO / ZOELAR (um) EX VOTO (CIL II 2606) [Ao deus Erno. O Ordo dos Zoela, por voto]. Vários autores assinalam este documento como um dos principais argumentos para a identificação desse local como centro político-administrativo dos Zoelas já que se procede ao culto pelo *Ordo Zoelarum*. Trata-se de uma dedicatória de natureza oficial que confere ao deus *Aernus* um estatuto de divindade tutelar da comunidade e consequentemente da *ciuitas*. É cronologicamente atribuído à segunda metade do séc. II e inícios do III d.C.

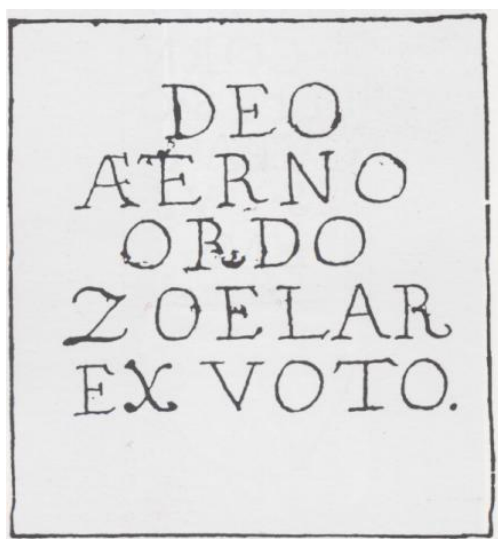


Figura 1 – Epígrafe encontrada em Castro de Avelãs, Torre Velha (Redendor, 2002, p. 297).

Outra epígrafe, originária também de Castro de Avelãs, Bragança, mais concretamente de uma das paredes do mosteiro, apresenta-se com a seguinte inscrição: DEO . AER / NO . M(arcus) / [PL] ACIDI[V]S [.] PLACI / [D] IANVS / V(otum) . L(ibens) . R(edidit uel etulit) (CIL II 2607) [Ao deus Erno. Marco Plácido Placidiano cumpriu de boa vontade o seu voto]. Neste caso, o dedicante apresenta-se com *tria nomina* mas tanto o gentílico e cognome demonstram uma onomástica indígena latinizada, datável da segunda metade do séc. II d.C.

O terceiro documento epigráfico dedicado ao *Deo Aerno* é originário de Malta, freguesia de Olmos, Concelho de Macedo de Cavaleiros. A Ara votiva encontrada na capela de Malta ostenta a seguinte inscrição: DEO / [A] ERNO / LUCR(etius) / VALENS / EX / VOTO (ILER 710; Vasconcelos, 1913, p.217-218) [Ao deus Erno. Lucrécio Valente, por voto]. A partir da análise da inscrição podemos depreender que se trata de um dedicante particular com *duo nomina* de onomástica latina. Curiosamente, o cognome *Valens* surge em contexto epigráfico, em Astorga (CIL II 2651), num outro indivíduo de etnia Zoela, talvez emigrado na capital do conventus. Este cognome surge ainda documentado em outros documentos, todos eles relacionando indivíduos com funções militares. A inscrição é atribuível ao séc. II, talvez já de inícios do séc. III d.C. (Redendor, 2002, p. 48).



Figura 2 – Epígrafe ao deus *Aernus*, de Malta (Macedo de Cavaleiros) (Redendor, 2002, p.298).

Alguns autores associam o seu nome pela proximidade fonética do grego, transportando o seu significado para *Érnos*, ou seja, “plantas”, “ramos”,

tendo sido as representações vegetais encaradas como simbologia funerária.

Os locais onde surgiram as epígrafes e a sua concentração (duas em Castro de Avelãs, em três conhecidas no total) poderão indiciar a existência de um santuário no mesmo local, revestido de um carácter oficial no seio da capital da *ciuitas zoelarum*. É de salientar que as dedicatórias a *Aernus* demonstram por si um carácter comunitário, quando dedicado pelo Ordo (CIL II, 2606) mas revela-se igualmente em privados de estrutura onomástica latina (Redendor, 2002, p.228).

O nome de Bandua é-nos atestado em inúmeros documentos, entre as quais as epígrafes identificadas nas ruínas da capela da Nossa Sra. Hera/Casarelho. As análises etimológicas do teónimo indicam tratar-se de uma divindade tutelar enraizada no culto das comunidades pré-romanas para além de que, após comparações com quadros religiosos de tradição indo-europeia, conclui-se que este culto estaria presente em todo o território galaico-lusitano.

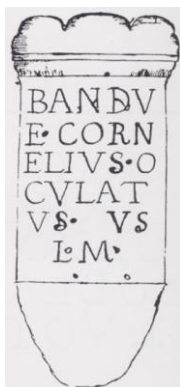


Figura 3 - Epigrafe com referência a Bandua, de Cova da Lua, Espinhosa, Bragança (Redendor, 2002, p.298).

A divindade Laesus é dada a conhecer a partir de uma única epígrafe, encontrada em

Ousilhão, Vinhais. A tradição popular revela-nos a existência de uma capela à qual os mouros do castro próximo (povoado fortificado do termo de Ousilhão) iam assistir à *missa*, revelando desta forma a provável existência de um pequeno templo possivelmente de época romana. É um documento de carácter votivo, uma árula em talco, denunciado pela sua forma final (VO(tum). L(*ibens*) S(*oluit*) “Cumpriu o voto de boa vontade”). José D’Encarnação (1975, p.209) reveste esta divindade de características bélicas, pelo seu equivalente latino, de *Laeco*, i.e. ferir, danificar. O dedicante denuncia as suas origens indígenas pelo seu falso nomen.

Das epígrafes oriundas do Concelho de Macedo de Cavaleiros, contam-se a já referida ara votiva dedicada ao Deus Aernus, de Olmos, um exemplar de natureza funerária de Grijó Vale Benfeito, três da casa dos Correia Araújo (Solar dos Sarmentos) e uma da Terronha de Pinhovelo, todas estas na freguesia de Amendoeira. Note-se que das seis epígrafes conhecidas no Concelho, apenas duas são de carácter votivo.

Francisco Alves dá-nos a notícia de um monumento epigráfico, com proveniência do Solar dos Sarmentos (Lemos, 1993, p.182), com a representação de uma roda com seis raios curvos sinistrorsos na zona da cabeceira. O seu paradeiro não é conhecido e como tal, resta-nos o crédito nas informações de autores mais antigos acerca do seu texto epigráfico e conservação (Alves, 1910, p.74). Trabalhada em relevo ou rebaxe, a iconografia remete-nos para a representação astral, do Sol.



Figura 4 – Epígrafe recolhida no Solar de Sarmentos (Pinhovelo, Macedo de Cavaleiros), depositada no Museu Abade Baçal (RODRIGUEZ COLMENERO, A. (1997). *Aqvae Flaviae. 1. Fontes Epigráficas Da Gallecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves, p. 257, n.º 272. *Apud* Mendes, 2005, p.26)

De igual proveniência, uma outra estela funerária ostenta uma iconografia muito próxima da anterior, com uma inscrição dedicada a *Laboena*⁵ (Lemos, 1993, p.181). Esta encontra-se decorada com uma roda de dez raios curvos sinistrorsos e uma fêmea de cervídeo trabalhada em relevo. As representações zoomorfas associam-se com uma hipotética relação entre o defunto e o animal representado, especulando tratar-se talvez de um sacrifício em honra do defunto (Lemos, 1993, p.478; Redendor, 2002, p.241). Note-se que as representações zoomorfas estão intimamente relacionadas com um fundo indígena autóctone, sejam elas representações em relevo nas estelas funerárias ou esculturas como o caso do berrão (representação do porco selvagem ou javali).

Com expressão dominante em Trás-os-Montes, prolongando-se para Oeste (para a área denominada de cultura dos verracos) na Meseta Espanhola, as representações zoomorfas relacionam-se com os ciclos de produtividade, bem como a sua relação com a entidade tutelar dos rebanhos. Esta última fundamentação é mais provável no contexto socio-económico das populações da Antiguidade, com forte representação das componentes pastoril e pecuária na economia local. A identificação com a fecundidade não é despropositada pelo que a ligação entre os textos funerários e o simbolismo zoomórfico revela a relação entre o culto da fecundidade com o culto dos antepassados. Exemplos como o do Castro de Santa Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta), onde surgem representações de conjuntos de animais, remetem para uma explicação zoolátrica, como que ex-votos a uma divindade tutelar que protege os rebanhos (Silva, 1990, p.299-300).

Oriundo também da casa dos Correia Araújo, antigo solar dos Sarmento, na aldeia de Pinhovelo, conhece-se uma outra epígrafe, uma ara votiva dedicada aos Deuses Manes⁶ por Reburra (Redendor,

⁵ LABOENA / CILURNI (*filia*) / VXORI S / TAVI (---) . / CANCI ? (*filius*?)
[Labena, filha de Cilurno. À mulher, [---], filho (?) de Cancio (?)]

⁶ DI(S) M(anibus) / RIBUR /RAA (?)

2002, p.144). Esta epígrafe revela-nos uma iconografia mais variada com um crescente invertido, outro símbolo astral bem representado nos exemplares conhecidos da região. Saliente-se que na historiografia tradicional, o culto lunar na Península possui alguma antiguidade e importância (Redendor, 2002, p.238-239).

Estrabão (III 4,16) refere as práticas dos celtiberos e povos limítrofes do Norte: “(...) *em noites de lua cheia, as famílias rendem culto dançando, até ao amanhecer*(...)”. Contudo, desconhece-se o papel deste astro no enquadramento indígena. Armando C.F. da Silva (1990, p.298) relaciona a sua representação nas estelas de Trás-os-Montes com um sistema dualista, de atribuições repartidas com o Sol, ou seja uma complementaridade e oposição, Dia e Noite, a Vida e a Morte.

Conhece-se outra epígrafe, encontrada em Grijó Vale Benfeito⁷ (Lemos, 1993, p.189, Redendor, 2002, p.88-89), que possui tanto a roda dos raios curvos, gravados dentro de um círculo como crescentes e os esquadros de extremidades bífidas.

Da Terronha de Pinhovelo conhece-se hoje outra epígrafe⁸ (Lemos, 1993, p.181; Redendor, 2002, p.152-153), uma estela em granito, de cabeceira circular, onde se encontra representada uma rosácea hexapétala inserida em círculo e um par de esquadros rebaixados. Em termos iconográficos, a rosácea, motivo em forma de flor aberta, poderá simbolizar novamente o sol, à semelhança da roda com raios sinistrorsos, já os círculos são considerados astros menores.

A origem dos motivos astrais pressupõe-se indígena mas poderá tratar-se de um sincretismo de modelos de origens diversas, introduzidos na Península pelos agentes militares romanos. Alguns autores colocam a origem da rosácea hexapétala bem como da roda de raios curvos na Península Itálica pois observa-se a sua presença em estelas funerárias de militares no Norte da Península. Porém, há que mencionar a sua manifestação no Noroeste de Portugal, em contexto pré-romano como o caso da ourivesaria Castreja. Aos esquadros, Armando Redendor (2002, p.238-239) designa de *emblemas angulosos*, por norma, sempre associados aos motivos astrais, de proveniência oriental. Possuem um significado vago, sendo encarados como um processo de *requalificação simbólica*.

4- DESCRIÇÃO ECO-GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DOS ZOELAS

O território dos Zoelae confunde-se com as partes central e Norte do Nordeste Transmontano. Enquadra-se no Maciço Hespérico da Península Ibérica, mais precisamente na unidade geológica da Galiza Média-Trás-os-Montes, dominando as rochas metamórficas com uma grande variedade de xistos. Encontram-se áreas graníticas de menor extensão, essencialmente na periferia da região transmontana, e também formações calcárias em pontos muito concretos, como Vale da Porca, onde ainda são exploradas (Figueiral, Sanches: 2003, Sanches: 1997; Lemos: 1993). No que respeita aos recursos mineiros, salienta-se a presença de ouro, prata, cobre e ferro, explorados em diversas épocas históricas.

O complexo mosaico de paisagens é o resultado da existência de inúmeros microclimas, por sua vez resultantes de diferenças a nível da exposição solar e do regime de ventos. Para tal contribui, de igual modo, a alternância entre zonas de montanha, planaltos, vales encaixados e vales amplos, realidade

[Aos Deuses Manes, de Reburra [---]

⁷ BOVTIA /BOVTI / FILIA. A / N<N>ORVM / LXX (*septuaginta*)

[Búcia, filha de Bucio de 70 anos]

⁸ +NARIA /CLOVTI /F(*ília*) /ANN(orum) LX (*sexaginta*)

[(...) filha de Clucio, de 60 anos]

gerada por processos tectónico recentes⁹. Salientam-se as serras mais altas: Coroa (1272m), Montesinho (1474m), Bornes (1200m) e Nogueira (1318m) (Sanches, 1997; Lemos, 1993).

A par de uma secara comum a toda a região, todo o Trás-os-Montes Oriental apresenta-se sob o domínio da bacia hidrográfica do Douro, com especial relevo no território dos Zoelas, para as bacias do Tua (salientando-se o Tuela, com o seu afluente Rio Macedo) e do Sabor (com os afluentes rios Maços e Azibo).

Verifica-se na região um clima e vegetação de cariz mediterrânico, não se denotando de forma marcada uma influência atlântica. Dado o isolamento provocado pela interioridade e os acidentes orográficos, e apesar de estarmos numa zona de contacto entre as duas zonas de influência, as matizes do clima e vegetação atlântica verificam-se principalmente nas áreas mais altas (acima dos 700m). Assim, esta região encontra-se dividida em duas zonas bio-geoclimáticas principais: a Terra Quente e a Terra Fria. Reportar-nos-emos à descrição efectuada por Sanches (1997) e Lemos (1993).

O termo Terra Fria refere-se a zonas acima dos 600/700m, apresentando temperaturas com médias anuais baixas (Verões moderados e Invernos muito frios) e elevados níveis de humidade (variando consoante a altitude). No que respeita à vegetação salientam-se dois domínios fito-geográficos: o pirenaico-cantábrico e o ibero-mediterrâneo. O primeiro, característico de regiões mais setentrionais e de maior altitude, nas Serras da Coroa, Montesinho e Nogueira, é dominado pelo carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e o vidoeiro (bétula celtibérica), surgindo também o castanheiro (*Castanea sativa*) e salientando-se, entre as espécies arbustivas, as urzes (*Erica sp.*), carqueja (*Pterospartum tridentatum L.*) e roseiras (*Rosa sp.*). O domínio ibero-mediterrâneo é caracterizado pela associação entre carvalho negral e azinheira (*Quercus ilex* subsp. *ballota*), surgindo também o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*). Os matos são compostos por rosmaninho, tomilho, giestas (*Cytisus* e *Genista*), a carqueja e as cistaceae (o sanganho – *Cistus salvifolius*, e a esteva – *Cistus ladanifer*) (Sanches, 1997).

A Terra Quente inclui as zonas abaixo dos 600/700m. Nesta área os Invernos são suaves e os Verões muito quentes. Não obstante, algumas regiões são húmidas (área do Tua) ou sub-húmidas (Tua, baixo Sabor). A vegetação é caracterizada pelo domínio sub-mediterrâneo, ou seja, pela presença da azinheira e do carvalho cerquinho, o zimbro (*Juniperus oxicedrus*) e o zambujeiro (*Olea europaea*). Na vegetação de menor porte salientam-se o piorno (*Lygos shaerocarpa*), a esteva, o rosmaninho, o tomilho e o sanganho (Sanches, 1997).

Para todo o Trás-os-Montes Oriental são poucos os dados paleoecológicos pelo que não é possível, por ora, estabelecer comparações fiáveis com a realidade actual, acima descrita. Os escassos dados referem-se à região de Mirandela em tempos pré-romanos (Figueiral, Sanches: 2003) e apontam para a existência lado a lado de extensas áreas abertas nas zonas de planaltos, e áreas muito arborizadas talvez nos vales onde se localizariam os terrenos mais profundos e férteis, ao mesmo tempo que seriam zonas pouco antropizadas. Esta realidade seria o resultado da actividade humana (desflorestação para práticas agrícolas e pastorícia) e não de processos naturais. Aquando da chegada dos romanos, a área do Nordeste

⁹ A depressão de Macedo é um exemplo esclarecedor, tratando-se de um fenómeno geológico resultante da linha de fractura que se mantém activa, entre Manteigas e Puebla Sanabria.

Transmontano estaria já, então, bastante antropizada e despida de uma considerável parte da sua vegetação arbórea original (Figueiral, Sanches: 2003).

5. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

O Concelho de Macedo de Cavaleiros esteve afastado do debate científico arqueológico até tempos bastante recentes. Apesar da grande densidade de jazidas de cronologia proto-histórica e romana existente na região, os primeiros trabalhos arqueológicos num sítio desta cronologia enquadraram-se na minimização de impactes aquando da construção de um eixo rodoviário, no ano de 1997. Trata-se da intervenção inicial da Terronha de Pinhovelo.

Foi necessário esperar pelo início do PNTA organizado pela Associação Terras Quentes e orientado por Carlos Mendes, para se verificar um verdadeiro investimento a nível patrimonial, em especial no que respeita à vertente arqueológica. Neste âmbito, desde o Verão de 2003 foram intervencionadas 12 jazidas e iniciaram-se, em 2004, os trabalhos de Carta Arqueológica.

Níveis enquadrados cronologicamente na Idade do Ferro foram detectados nos povoados do Cramanchão (Cortiços) e da Terronha de Pinhovelo (Amendoeira), encontrando-se por confirmar a cronologia das camadas inferiores do povoado do Bovinho (Edroso). Também no povoado da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte) recolheram-se, embora descontextualizados, artefactos deste período.

Somente neste último sítio referido não foi detectado qualquer indício de ocupação de época romana. Acrescenta-se ainda, também intervencionado no âmbito do Projecto Terras Quentes, o Forno de tipologia romana de Salselas.

O povoado do Cramanchão localiza-se numa pequena elevação sobranceira à ribeira do Carvalhal, um afluente do Tua e ladeada igualmente pela ribeira de Vale Mourão. Não obstante os limites Este e Norte da plataforma serem suaves e não existirem evidentes preocupações defensivas, patentes na aparente inexistência de estruturas com esse propósito, o povoado não seria completamente vulnerável. De facto, apesar de afectados pela actividade de uma pedreira, a Oeste, e pela construção da linha de caminho de ferro, a Sul, é perceptível que os declives nessas áreas seriam abruptos e escarpados.

A memória popular refere o surgimento de diversos esqueletos aquando dos rebentamentos na elevação, destinados à edificação do caminho-de-ferro. Tal informação coaduna-se com os dados conhecidos acerca das primeiras intervenções no local. Estas resultaram da iniciativa de habitantes da freguesia, nas décadas de oitenta e noventa do século XX, tendo-se detectado duas sepulturas, uma das quais com porções de um esqueleto de criança. A ausência de um registo apropriado impede uma inserção cronológica fiável, no entanto, perante a realidade até agora identificada na jazida após três campanhas de escavações arqueológicas com metodologias adequadas, é provável que se insira numa das fases romanas de utilização daquele espaço (Tereso, Barranhão, Gomes: 2005). Esta área de enterramento encontra-se próxima de dois dos sectores abertos no ano de 2003.

Nestes trabalhos recentes definiram-se em estratigrafia duas fases de ocupação romana, a mais recente das quais enquadrável num momento do Baixo-império. Alguns dados apontam para uma cronologia que abranje os séculos III e IV. Foi iniciada a escavação de dois compartimentos de planta rectangular, da fase de ocupação mais recente, recolhendo-se abundante material cerâmico. Salientam-se os potes de perfil em S de bordo esvasado e diversas taças, sendo que alguns destes recipientes, de ambos

os grupos tipológicos, apresentam sinais de exposição a fogo. Uma análise preliminar permitiu a identificação de abundante *Terra Sigillata Hispânica Tardia*, alguns dos quais decorados com motivos vegetais, faixas quebradas ou em espinha.

De resto, foi colocado a descoberto um empedrado com características peculiares. Trata-se de uma concentração de pequenas pedras fincadas delimitando uma área (uma estrutura negativa), com evidentes vestígios de combustão (Tereso, Barranhão, Gomes: 2005).

Várias actividades económicas aparecem atestadas na jazida, desde a tecelagem, através de pesos de tear e cossoiros; a metalurgia, com relativamente grandes quantidades de escória e a farinação, tendo-se recolhido, nos trabalhos amadores, um movente e um dormente, circulares, intactos.

Abaixo desta ocupação romana, foram intervencionados somente 6m² de níveis de uma fase romana mais antiga e também da Idade do Ferro, pelo que os dados são lacunares no que diz respeito à sua contextualização horizontal. No que respeita ao depósito da Idade do Ferro, predominam as produções cerâmicas com cozeduras redutoras, surgindo igualmente algumas superfícies externas brunidas e caneluras horizontais. Por outro lado, registaram-se fabricos menos cuidados associados a cordões plásticos horizontais com incisões verticais (Tereso, Barranhão, Gomes: 2005).

Um dado extremamente relevante diz respeito ao topónimo “Cortiços”, correspondente à sede da freguesia (que é também a localidade mais próxima da jazida) na qual se localiza este povoado. O termo Cortiços remete para um grande recipiente com essa denominação, produzido nessa mesma matéria-prima, utilizado em duas fases do tratamento do linho, a barrela e o espadar do linho. Refira-se que a produção deste tecido foi, até há cerca de 50 anos, uma actividade sazonal com alguma relevância para a população da aldeia dos Cortiços. Relatos de habitantes locais apontam a ribeira do Carvalhal, exactamente junto ao flanco Sul do Cramanchão, como local privilegiado para algumas dessas actividades. Saliente-se, para finalizar, que não existe qualquer memória na população actual no que respeita a tradições relacionadas com actividades apícolas nessa Freguesia.

No povoado do Bovinho decorreram duas campanhas de escavação estando em definição a natureza da sua ocupação. Esta pequena elevação alongada não apresenta escarpas fundas em qualquer dos seus flancos mas detém relativamente boas condições naturais de defesa. A existência de estruturas defensivas não foi ainda confirmada.

A presença de um “poço”, presentemente em intervenção, poderá vir a comprovar a possibilidade de se tratar de um estabelecimento com função mineira e metalúrgica. Por ora, encontra-se atestada uma ocupação inserida no Baixo-império, sendo possível, mas não comprovada, a existência de níveis da Idade do Ferro (Mendes, 2005b).

A ocupação do Bronze Pleno motivou as intervenções na Fraga dos Corvos. Os artefactos cronologicamente inseridos na Idade do Ferro encontram-se descontextualizados, salientando-se a presença de um fragmento cerâmico com motivos decorativos castrejos e três cossoiros (Senna-Martinez, Ventura, Carvalho: 2005).

Designação	Tipo	Cronologia	Freguesia	Bibliografia
Castro de Mogrão	Povoado fortificado	Idade do Ferro	Arcas	Lemos (1993)
Castelucho de Balsamão	Povoado fortificado	Idade do Ferro	Chacim	Mendes (2005), Lemos (1993)
Fraga do Castelo	Povoado fortificado	Idade do Ferro	Lagoa	Mendes (2005), Lemos (1993)
Cabeço Cercado	Povoado fortificado (?)	Idade do Ferro	Lamalonga	Lemos (1993)
Escaleira	Povoado fortificado de pedras fincadas	Idade do Ferro	Olmos	Inédito
Fraga do Castelo (de Limãos)	Povoado fortificado	Idade do Ferro	Salselas	Mendes (2005), Lemos (1993)
Terronha de Soutelo Mourisco	Povoado fortificado	Idade do Ferro	Soutelo Mourisco	Lemos (1993)
Cerca dos Mouros	Povoado fortificado	Idade do Ferro	Talhas	Lemos (1993)
Castelo de São Marcos	Povoado (fortificado ?)	Idade do Ferro (?)	Castelãos	Mendes (2005), Lemos (1993)
Mogão/Caúinha	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?)	Ferreira	Mendes (2005)
Cabeço dos Mouros	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?)	Lamalonga	Mendes (2005)
Cabeço da Paixão	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?)	Morais	Mendes (2005), Lemos (1993)
Terronha (de Olmos)	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?)	Olmos	Mendes (2005), Lemos (1993)
Calveiro de Vale Benfeito	Povoado fortificado(?)	Idade do Ferro (?)	Valbenfeito	Lemos (1993)
Castrião	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?)	Vilarinho de Agrochão	Mendes (2005)
Castelo dos Mouros	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?)	Vilarinho do Monte	Mendes (2005), Lemos (1993)
Pena Mourisca	Povoado fortificado	Idade do Ferro (?) / Bronze	Espadanedo	Mendes (2005), Lemos (1993)
Espondra	Povoado fortificado	Idade do Ferro(?) / Pré-história recente(?)	Morais	Mendes (2005)
Fraga dos Corvos	Povoado (fortificado na Id. Ferro)	Idade do Ferro/Bronze	Vilar do Monte	Mendes (2005), Lemos (1993)
Terronha de Pinhovelo	Povoado fortificado	Idade do Ferro/Romano	Amendoeira	Mendes (2005), Lemos (1993)
Castelo de Balsamão	Povoado fortificado	Idade do Ferro/Romano	Chacim	Mendes (2005), Lemos (1993)
Cramanchão	Povoado	Idade do Ferro/Romano	Cortiços	Mendes (2005), Lemos (1993)
Cerquinha/Toural dos Mouros	Povoado fortificado	Indeterminado	Ala	Mendes (2005)
Solar dos Sarmentos	Necrópole/Epigrafia	Romano	Amendoeira	Mendes (2005), Lemos (1993)
Olival do Cabo	Povoado	Romano	Cortiços	Mendes (1993)
Vila dos Mouros	Povoado mineiro	Romano	Espadanedo	Mendes (2005)
Grijó Vale Benfeito	Epigrafia	Romano	Grijó	Mendes (2005), Lemos (1993)
Madorra(ouMedorrão)/Estação de Grijó	Povoado	Romano	Grijó	Mendes (2005), Lemos (1993)
Vale de Noveia	Povoado	Romano	Lagoa	Mendes (2005), Lemos (1993)
Salgueiro	Forno	Romano	Lamalonga	Mendes (2005)
Terrioulo	Povoado	Romano	Lamalonga	Mendes (2005)
Cabeço	Povoado (fortificado ?)	Romano	Murçós	Mendes (2005)
Malta	Epigrafia	Romano	Olmos	Mendes (2005), Lemos (1993)
Omelinhos	Povoado	Romano	Olmos	Inédito
Cabeço do Fidalgo	Povoado	Romano	Santa Combinha	Mendes (2005)
Meda	Povoado	Romano	Valbenfeito	Mendes (2005)
Travanca	Povoado	Romano (?)	Macedo de Cavaleiros	Mendes (2005)
Carrascal	Povoado fortificado	Romano (Id. Ferro?)	Ala	Mendes (2005), Lemos (1993)
Bovinho/Poço dos Mouros	Povoado mineiro	Romano (Id. Ferro?)	Edroso	Mendes (2005), Lemos (1993)

O Forno de Salselas encontra-se numa área de barreiros, explorada até há cerca de 50 anos. Foi posto a descoberto em 1998 aquando de trabalhos agrícolas, tendo sido coberto com terra para sua protecção. A escavação de 2003 expôs, na totalidade, o pequeno forno que se encontra encaixado no afloramento, apresentando uma planta rectangular (2,91m X 2,14m). Construído com tijoleira sólida, apresenta, no nível inferior, uma câmara de combustão, com três paredes nucleares transversais ao eixo que servem de apoio à cobertura, o nível superior. Neste encontrava-se a grelha da câmara de cozedura. Supõe-se, pela inclinação dos arranques, a existência de uma abóbada.

Dada a inexistência de espólio, a atribuição à época romana deveu-se a analogias da sua tipologia e métodos construtivos (Mendes, 2005).

Mais um forno de tipologia romana é conhecido num local com o topónimo Salgueiro, na localidade de Vila Nova da Rainha (Lamalonga). Acrescentam-se inúmeros povoados, alguns descritos na base de dados do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e em bibliografia vária, outros detectados em trabalhos de prospecção no âmbito da Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros.

Denota-se, numa primeira e sucinta análise (ver quadro 1), a existência de distintas estratégias de povoamento com distintas apropriações e alterações do espaço. De qualquer forma, é necessário manter algumas cautelas, dada a natureza e origem das informações. De facto, os únicos dados existentes para a

grande maioria das jazidas resultam de trabalhos de prospecção (os únicos sítios intervencionados são os mencionados acima), não tendo sido possível ainda uma devida deslocação a cada local de modo a confirmar e aprofundar descrições. Na bibliografia disponível, a atribuição cronológica de diversas jazidas baseia-se no tipo de assentamento e na existência de estruturas defensivas, ou na identificação de escassos artefactos à superfície. A quase ausência de referências a povoados fortificados de cronologias anteriores à Idade do Ferro poderá indiciar más classificações de algumas das jazidas conhecidas. Por esta razão, analisando a bibliografia, optámos por apontar dúvidas em determinados casos, consoante a descrição dos achados.

A análise possível indica-nos que foram até agora detectados no Concelho de Macedo de Cavaleiros, 35 sítios de habitat de cronologia proto-histórica e/ou romana. Destes, mais de metade (19) só apresentam ocupações enquadradas na Idade do Ferro, enquanto que em 5 (sendo possível que se tratem unicamente de 3) houve uma perduração de ocupações para época romana. Somente 10 jazidas aparentam ser de fundação romana.

A quase totalidade das jazidas nas quais se pressupõe ou documentam ocupações da Idade do Ferro corresponde a povoados fortificados. Entre estes salienta-se a Escaleira, o único povoado com pedras fincadas até agora identificado no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Note-se que as únicas excepções, apesar das reservas em relação a determinados aspectos acima mencionados, são o Cramanchão e o Bovinho.

Somente em três jazidas com níveis romanos a fundação não datará deste período (romano) sendo, naturalmente, impossível documentar continuidades.

De entre os sítios de fundação romana só o povoado do Cabeço surge descrito como possível povoado fortificado. Para além das dúvidas em relação ao tipo de povoado, mantidas pelos arqueólogos que descreveram a jazida (Mendes, 2005), salientamos a dificuldade de, em prospecção, identificar sucessivas ocupações de um espaço, em especial quando as alterações de época romana podem ser muito profundas. É sem surpresa que se documenta, entre as fundações de época romana, o predomínio da ocupação de áreas abertas sem preocupações defensivas, por vezes suaves colinas ou fundos de vales.

Salienta-se a existência de dois possíveis locais de habitação destinados à actividade de mineração, desconhecendo-se que minério seria explorado.

Um dos aspectos civilizacionais mais relevantes da presença romana, a rede viária, aparece documentado, de igual forma, no concelho. A Via XVII, que unia Bracara Augusta e Asturica Augusta, foi construída entre os séculos I-e IV, surgindo evidências em diversas localidades do Nordeste Transmontano, nas áreas de Mirandela, Vinhais e Bragança. Em Macedo de Cavaleiros a presença da via está atestada na parte Norte do concelho, nas localidades de Vila Nova da Rainha, Lamalonga e Argana. Para além de vários troços de calçada identificados no ano de 2005, pela Associação Terras Quentes, regista-se a presença de diversos marcos miliários.

No que respeita aos restantes vestígios epigráficos, encontrados na Terronha de Pinhovelo, Solar dos Sarmentos (Pinhovelo), Grijó e Malta, estes encontram-se discriminados no ponto 3 deste estudo.

6- A TERRONHA DE PINHOVELO

6.1 - Contextualização dos trabalhos

A primeira intervenção no povoado da Terronha de Pinhovelo decorreu no ano de 1997, num contexto de arqueologia preventiva.

No projecto da execução do Itinerário Principal 2, Estrada Nacional 102-Vale Benfeito, encontrava-se prevista a passagem da via no patamar inferior desta elevação, já conhecida em diversas fontes bibliográficas como uma jazida arqueológica. Por pressão de alguns elementos locais foi decidida a realização de uma intervenção arqueológica de modo a confirmar o valor patrimonial do local.

Desta forma, a partir do processo de concurso realizado pela Junta Autónoma de Estradas, a intervenção foi adjudicada à empresa ARQUEHOJE, Lda, tendo decorrido os trabalhos de 17 de Março a 05 de Maio de 1997, sob direcção técnico/científica de Pedro Sobral de Carvalho e co-responsabilidade de Luís F. Gomes e José Francisco (Carvalho, 1997).

Os trabalhos arqueológicos permitiram a detecção de dois momentos de ocupação, um romano e outro mais antigo, atribuível à Idade do Ferro ou mesmo à Idade do Bronze (Carvalho, 1997, p. 130).

A área intervencionada restringiu-se à encosta do morro da Terronha, não atingindo o que Carvalho (1997, p.130) considerou ser o núcleo do Povoado.

O povoado da Terronha do Pinhovelo revelou-se um povoado de cariz doméstico, detentor de estruturas defensivas, taludes, que circundariam provavelmente todo o povoado, bem como de construções de carácter doméstico, de planta rectangular e estruturas de escoamento de águas (Carvalho, 1997, p. 132-133).

A recolha de inúmeros elementos de mó, pesos de tear, e de outros elementos de preparação de alimentos, bem como fauna mamalógica, conduziu à conclusão, por parte do arqueólogo responsável, de que a economia deste povoado se basearia não só na pastorícia mas também na agricultura e pecuária (Carvalho, 1997). A partir de indícios não discriminados, observados perto do povoado, o autor refere ainda que a exploração mineira seria “*um dos alicerces económicos do assentamento*” (Carvalho, 1997).

Os conjuntos artefactuais exumados nestes compartimentos (em parte oriundos de escorrimentos da plataforma superior) enquadram-se no período romano, compreendendo-se num espaço temporal entre os séc. I-IV/V.

No que diz respeito ao assentamento pré-romano, terá sido identificado imediatamente sobre o afloramento rochoso, numa depressão. Distingua-se pela presença de uma cultura material característica, composta por cerâmicas manuais, de pastas grosseiras e coloração cinzenta, com alguns fragmentos polidos e sem decoração, bem como fragmentos de artefactos de bronze de tipologia imperceptível (Carvalho, 1997). Foram ainda recolhidos três vasos em bom estado de conservação, de filiação castreja, em dois compartimentos, integrando os níveis de destruição dos mesmos (Carvalho, 1997).

No ano de 2004, inseridos no Projecto Terras Quentes iniciaram-se novos trabalhos na jazida, agora com uma perspectiva de continuidade e valorização. A coordenação dos trabalhos esteve ao cargo dos signatários e de Lúcia Miguel e Carlos Mendes. Nas duas primeiras campanhas (2004 e 2005) foram abertos três sectores e duas sondagens, realizaram-se trabalhos de desmatção e prospecção.

O Sector A compreende uma área de 73m² com vestígios romanos e pré-romanos, enquanto que o Sector B detém 113m² tendo fornecido, até ao momento, vestígios exclusivamente romanos. A escavação

do Sector C e das sondagens não foi continuada na segunda campanha, mantendo-se uma exígua área de 12m² no sector e os 4m² em cada sondagem.

Identificaram-se já vários momentos de ocupação cronologicamente enquadrados no período romano e na Idade do Ferro, não se excluindo, por ora, a possibilidade de existirem fases mais antigas.

6.2 – Descrição da jazida e estratégia de abordagem

A Terronha de Pinhovelo encontra-se numa zona de xisto com filões de quartzo visíveis à superfície (são particularmente perceptíveis junto a Raposeiras). Quadrado, et al (1964) inserem esta região na sua *série transmontana* tendo identificado o que classificaram como xisto epidótico ao qual associam quartzo, clorite e moscovite. No que respeita ao quartzo referem apresentar-se “em lenticulas mais ou menos estiradas, de textura engrenada” exibindo “fenómenos de tectonização” (Quadrado, e tal, 1964). Os autores mencionam ainda a presença significativa de calcite.

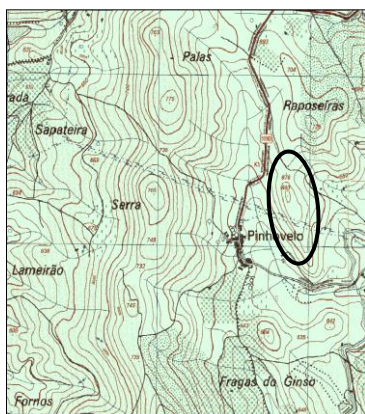


Figura 5 - A Terronha de Pinhovelo nas C.M. n.º 77 e 78, escala 1:25000. Latitude: 41° 32' 31''; Longitude: 02° 08' 33''; Alt: 693m

A Terronha de Pinhovelo é uma elevação alongada sobranceira à aldeia de Pinhovelo. As escarpas abruptas que apresenta a Oeste tornam-na quase inacessível nesse ponto (com excepção das extremidades Norte e Sul desse flanco). A Sul e Este o declive é pouco acentuado, tendo sido compensado pela construção de taludes que terão tornado mais abruptos esses flancos.

O acesso encontrava-se facilitado a Norte, fazendo-se pelo sopé e flancos do monte das Raposeiras, elevação mais alta que a Terronha. A construção de muralhas pode ter sido uma realidade nesse lado Norte verificando-se três derrubes de grandes dimensões, alongados. Apresentam-se directamente relacionados com os declives mais abruptos do flanco Este, criados pela construção de um talude.

As escavações incidiram já sobre parte de uma dessas acumulações de elementos pétreos e ainda não confirmaram a presença de uma muralha. Noutro ponto foi detectada já uma face. Deste modo, é possível estarmos perante um povoado amuralhado.



Figura 6 - Fotografia aérea com a localização dos Sectores (A, B e C), sondagens, a área da intervenção de 1997 e outros pontos importantes para a compreensão da Terronha de Pinhovelo. O círculo assinala a parte central do povoado; a seta aponta a face de muralha já identificada; o tracejado indica um talude identificado em prospecção; o ponteadado assinala as escarpas. Fiada 85, Rolo 81/1965, Instituto Geográfico Português.

A implantação do povoado nesta elevação terá atendido a critérios geo-estratégicos dado o controlo visual que proporciona para a depressão de Macedo (a Este). O referido vale ladeia a Serra de Bornes onde se encontra o Castro da Fraga dos Corvos, também visível deste povoado. Como foi já referido, esta Serra é apontada por diversos autores como um dos limites do território dos Zoelae. A confirmar-se esta possibilidade, a Terronha de Pinhovelo seria um dos povoados mais meridionais deste povo exercendo um domínio claro sobre um dos principais corredores de acesso para o seu território (só se conhece o Cramanchão mais a Sul, contudo, este povoado não detém qualquer papel estratégico a nível territorial).

A implantação das áreas de escavação deveu-se a critérios específicos. O Sector A encontra-se no término da plataforma principal, no início do declive Sul, onde se esperava compreender essa zona de limite. Com o Sector B intentava-se fazer uma primeira abordagem à plataforma central num ponto onde a realidade arqueológica poderia estar mais bem conservada dado encontrarmo-nos num canto do terreno agrícola. Ao mesmo tempo compreender-se-ia a zona junto à escarpa.

Foi a notícia da existência de um forno que conduziu à abertura do Sector C. A presença de vários indícios à superfície (telhas calcinadas, escória e elementos pétreos aparentemente estruturados, numa depressão) indiciava a existência dessa estrutura. Não se logrou encontrar o referido forno.

Já as Sondagens obedeceram a um objectivo específico, o de iniciar a definição dos limites do povoado de modo a escolher áreas para a edificação de estruturas de apoio à futura exploração turística do local. Estas pequenas áreas de escavação foram implantadas no sopé da elevação das Raposeiras, no seu contacto com a Terronha, numa área que se julgava exterior ao povoado.

6.3. Ocupações pré-romanas da Terronha de Pinhovelo

Existem três fases de ocupação anteriores ao período romano na Terronha de Pinhovelo, todas elas identificadas no Sector A e na área intervencionada em 1997. Estas fases terão modificado de forma profunda o espaço, conferindo alguma monumentalidade às vertentes mais suaves da elevação.



Figura 7 – Imagem do Sector A, visto de Sul, no final dos trabalhos de 2005. Num plano central encontra-se o talude Norte, no canto inferior esquerdo o talude Sul e, entre ambos a laje vertical.

Desta forma, a fase mais antiga identificada, até ao momento, na Terronha de Pinhovelo corresponde à edificação dos taludes identificados no Sector A. Não se sabe, porém, no actual estado dos trabalhos arqueológicos, em que período cronológico se insere a sua construção.

Estas estruturas possivelmente defensivas, de orientação Oeste-Este, são constituídas maioritariamente por elementos de xisto, contando igualmente com esporádicos blocos de quartzo. Ambas as matérias-primas são locais.

O talude superior, a Norte, tem um aspecto escadeado, devendo esta forma, em parte, ao actual estado de ruína. No seu topo encontramos um alinhamento de blocos de xisto de morfologia alongada. Este alinhamento, cuja construção não sabemos se é sincrónica do restante talude, forma uma das várias faces diferenciáveis, com orientações ligeiramente diferentes. O espaço entre essas faces foi repleto por enchimentos de elementos pétreos de menor dimensão.



Figura 8 – Limite Superior do Talude Sul e laje vertical entre os dois taludes.

Torna-se difícil a descrição do talude Sul dado o estado inicial da sua definição. Aparentemente apresenta a mesma técnica construtiva do talude Norte, encontrando-se, porém, melhor preservado. Entre os dois taludes regista-se uma grande e alongada laje de xisto, ligeiramente deslocada da sua posição original, que originalmente estaria em posição vertical. É possível supor que teria como função o suporte do talude Norte, ao mesmo tempo que delimitaria o espaço entre os dois taludes.

Foi neste espaço entre taludes que se definiram dois momentos de ocupação da Idade do Ferro. O mais antigo desses momentos corresponde a um período de reestruturação do espaço, sobre parte de um derrube do talude Norte, não implicando necessariamente a sua inutilidade nesse período. Assim, a comunidade que habitava na Terronha terá regularizado o derrube do talude e construído no seu topo uma estrutura sub-circular, internamente com cerca de 2m de diâmetro. Desta resta a sua componente em negativo e parte das paredes em sedimento compactado e argila cozida. Esta estrutura de funcionalidade incerta continha no seu interior, preenchendo-a, um depósito repleto de carvões e sementes¹⁰. O conjunto artefactual caracteriza-se pela quase exclusividade dos fabricos manuais bem como pelos abundantes potes de perfil em S e os recipientes de perfil recto.

Cobrindo o derrube da estrutura acima descrita identificou-se uma nova fase pré-romana caracterizada pela presença de dois depósitos com artefactos enquadrados na Idade do Ferro. Salienta-se um fragmento de um recipiente de forma indeterminada com um motivo triangular.

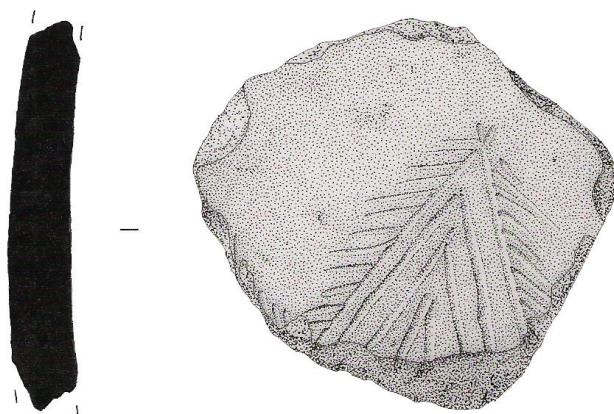


Figura 9 – Cerâmica decorada da Idade do Ferro.

Em suma, registam-se três fases de ocupação pré-romanas não sendo possível, por ora, enquadrar a fase mais antiga num período cronológico. As duas fases seguintes enquadram-se na Idade do Ferro num intervalo de tempo ainda por determinar. Parece certo, contudo, que aquando destes momentos de ocupação, os taludes estariam funcionais, apesar de existirem vestígios claros de ocupações sobre parte do derrube das grandes estruturas pétreas.

6.4. Ocupações de época romana

6.4.1. Sector B

¹⁰ Este depósito foi integralmente recolhido, encontrando-se ainda por analisar.

Foram definidas no sector B, até agora, duas fases de ocupação de cronologia romana. Contudo, a quase totalidade das realidades identificadas encontra-se numa fase intermédia de definição pelo que os dados e hipóteses aqui apresentados são provisórios.

6.4.1.1- 1ª Fase romana

Na parte Sul da área de escavação, a fase mais antiga (e primeiro momento construtivo) encontra-se representada pela edificação de um compartimento provavelmente rectangular, o *Ambiente II*, não se encontra totalmente definido, e pelo início da utilização da área a Norte deste, o *Ambiente III*, como zona de circulação (assim definida a título provisório, por se tratar de uma zona estreita entre paredes).

No *Ambiente II* registou-se uma estrutura de combustão na qual se identificaram macro-restos vegetais – uma identificação preliminar aponta para a presença, entre outros, de trigo e cevada.

A referida estrutura é constituída por uma camada de argila cozida constituindo uma superfície bem alisada, em bom estado de conservação. Este nível encontra-se assente numa cama de pequenas lajes de xisto (visíveis em alguns pontos) e ladeada a Norte por elementos de pequena dimensão dessa mesma matéria-prima. O afloramento rochoso limita a estrutura a Este e a Sul (neste ponto apresenta-se como uma barreira quase vertical, reforçando a sua estruturação). Cobrindo parcialmente a camada de argila cozida, e entre esta e o canto de afloramento a SE, foi escavado um pequeno depósito repleto de macro-restos vegetais, contudo, seu estudo encontra-se numa fase inicial.

Saliente-se a relação estratigráfica entre esta estrutura e um segundo compartimento, o *Ambiente I*. De facto, as lajes nas quais assenta a camada de argila estão cobertas pelo canto NE do compartimento 1, definindo uma relação de anterioridade. Não se torna claro, porém, se a estrutura de combustão continuou a ser utilizada após a edificação do *Ambiente I*, exigindo-se a continuação dos trabalhos de modo a possibilitar a compreensão deste espaço.

Já na parte Norte, o momento mais antigo surge representado pela edificação de um lajeado com elementos de xisto de médias dimensões, no canto NW da área de escavação. A este piso deverá estar associada uma parede (UE [39]), que divide a área em duas metades (Este e Oeste). Este lajeado que se encontra na metade Oeste, estava directamente coberto por um pequeno derrube de telha, derrube esse que, por sua vez, era coberto por uma parede de orientação W-E. Começa-se, assim, a definir a segunda fase.

Ainda difícil de colocar no faseamento, embora seja provável a integração na fase mais antiga até agora identificada, encontra-se também na área Norte um outro compartimento, parcialmente definido. Trata-se do *Ambiente V*. No seu interior situa-se o denominado o *Ambiente IV*, com uma funcionalidade incerta visto encontrar-se por escavar. Saliente-se que esta estrutura rectangular é constituída a Sul e Este

por uma parede que, aparentemente, é constituída por uma só face, a interior.



Figura 10 – Estrutura (Ambiente IV)

6.4.1.2- 2ª Fase romana

Na metade Sul, a par da continuação da utilização do Ambiente III como área de passagem, salienta-se a edificação do compartimento denominado de *Ambiente I*, já mencionado acima, no interior do *Ambiente II*, directamente sobre uma estrutura de combustão aí localizada. Neste *Ambiente* foram detectadas três áreas de combustão, duas delas com abundantes macro-restos vegetais. As três estruturas encontravam-se dispostas lateralmente com uma orientação Este-Oeste, ocupando quase por completo a zona central do compartimento.

A primeira estrutura, a partir de Este, trata-se de uma empedrado constituído por elementos de xisto e quartzo, muitos com visíveis sinais da acção de fogo, e argila cozida no espaço entre estes ou cobrindo-os. Um pequeno murete ladeia a estrutura e é encostado pelo empedrado, a Este.

Também parcialmente coberto por este depósito encontrava-se um outro alinhamento pétreo (UE [89]), constituído por 4 lajes de xisto. Esta estrutura, a Este, e um terceiro alinhamento a Oeste (UE [90]), limitam uma segunda área com evidências de combustão.

Neste local, os vestígios da acção de fogo traduzem-se na detecção de abundantes carvões e sementes carbonizadas, bem como argila cozida. Coberto por estes, junto ao limite Oeste e ao alinhamento pétreo [90], registou-se, igualmente, uma camada de argila cozida que constituiria, no local, a base da estrutura.



Figura 11 – Macrorestos vegetais na segunda lareira do Ambiente 1

O terceiro alinhamento pétreo delimita uma outra área de combustão. Um depósito com abundantes carvões e sementes carbonizadas cobria uma muito irregular cama de pedras, que forma mesmo uma depressão na sua extremidade Sul no contacto com o afloramento. A referida estrutura pétreia engloba elementos de xisto e de quartzo, alguns, escassos, com vestígios de fogo, bem como argila cozida com carvões e sementes incrustados. Estranhamente, prolonga-se estreita e alongadamente para Nordeste.

Curiosamente, não foram detectados até agora quaisquer elementos faunísticos nestas áreas de combustão. Estamos, desta forma, perante uma área funcional para a qual não se encontrou ainda o fecho a Oeste, podendo tratar-se, assim, de uma área aberta.

Podemos também colocar nesta segunda fase, mas num terceiro momento construtivo (segundo desta fase), a construção de uma estrutura que poderá tratar-se de um banco e que se encontra encostada à parede Norte do *Ambiente II*. Neste momento terão sido colocados blocos de xisto nas extremidades Oeste das paredes Norte dos *Ambientes I e II*. A sua funcionalidade permanece desconhecida.



Figura 12 – Pote quebrado in situ, abaixo do derrube do Ambiente I

Na área Norte o lajeado da fase anterior estaria já coberto por derrubes, acontecendo provavelmente o mesmo com os *Ambientes IV e V*. Por cima destes derrubes temos duas construções.

A já referida parede [45] cobria o derrube de telha e parte do lajeado antigo. Existem, contudo, notórias diferenças a nível construtivo entre esta parede mais recente, que apresenta os elementos pétreos com o eixo mais comprido disposto de forma paralela à orientação da parede, e a parede central (UE [39]) que perdura para esta fase (não sabemos em que estado de conservação). Esta parede apresenta os elementos pétreos perpendicularmente à orientação da estrutura, conferindo-lhe uma maior estabilidade e adequação para uma construção em altura.



Figura 13 – Ambiente I com três áreas de combustão (a 2 e 3 encontravam-se ainda por escavar).

Registou-se mais um lajeado, claramente associado à parede [45], e também este assente num derrube constituído por blocos de xisto e grandes fragmentos de telha. O lajeado, de feições monumentais, é constituído por elementos pétreos de grandes dimensões, sub-compridos e seguindo uma orientação aproximadamente Oeste-Este, contornando a parede central [39].

6.4.2. Sector A

Também no Sector A foram identificados dois momentos de ocupação inseríveis no período romano. Estes encontram-se, porém, ainda pouco definidos. Localizam-se na parte superior do talude Norte.

A



Figura nº15- Sector B: Planta retirada do Plano Final da campanha 02(2005) da Terronha de Pinhovo

Legenda:

	Quartzo
	Quartzo com vestígios de sujeição ao fogo
	Barro cozido
	Cerâmica
	Xisto com vestígios de sujeição ao fogo
	Raízes
	Fase 1
	Fase 2

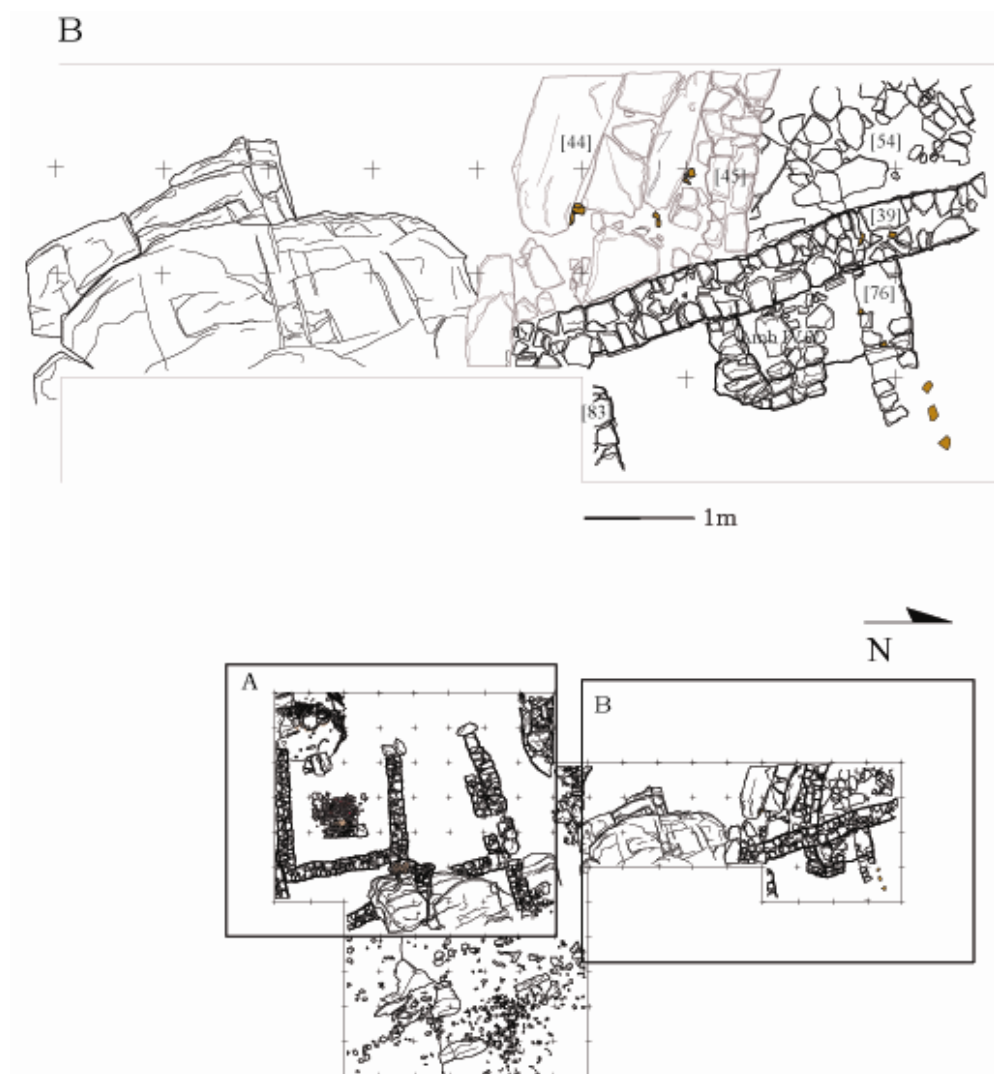


Figura 14



A



Figura nº15- Sector B: Planta retirada do Plano Final da campanha 02(2005) da Terronha de Pinhovo

Legenda:

■	Quartzo
■	Quartzo com vestígios de sujeição ao fogo
■	Barro cozido
■	Cerâmica
■	Xisto com vestígios de sujeição ao fogo
■	Raízes
—	Fase 1
—	Fase 2

Figura 15 – Evidências de um compartimento, por escavar, no Sector B. 1ª Fase Romana.

A fase romana mais antiga encontra-se escassamente definida pois não se realizou a sua escavação (só se encontram delineados os seus derrubes). Espera-se a oportunidade da próxima campanha para esclarecer estes dados.

Esta fase caracteriza-se pela edificação de um compartimento de planta rectilínea (registou-se parte de duas paredes deste). Outras duas paredes foram parcialmente definidas na área de escavação mas não se encontram ainda suficientemente contextualizadas.

Cobrindo as referidas estruturas romanas foi escavado um depósito com um conjunto artefactual heterogéneo, incluindo materiais arqueológicos de cronologia romana e da Idade do Ferro. Trata-se do resultado do entulhamento da área com vista a uma reestruturação do espaço durante a **segunda fase de ocupação de época romana** no Sector A. Tal terá implicado a escavação e perturbação de níveis mais antigos, sendo, por ora, impossível de determinar o local de origem do sedimento em questão. Do mesmo modo, também o talude norte estaria desactivado e parcialmente entulhado.

Após a preparação com o entulhamento, o espaço foi utilizado como área de combustão, tendo sido detectadas depressões naturais e antrópicas por vezes cortando estruturas de combustão pré-existent, com depósitos escuros repletos de carvões, alguma fauna e também fragmentos cerâmicos. Tratar-se-á provavelmente de um local de eliminação de detritos por combustão, sucedendo-se na área e na estratigrafia as estruturas simples para este fim, demonstrando a existência destas práticas em diversos momentos desta fase.

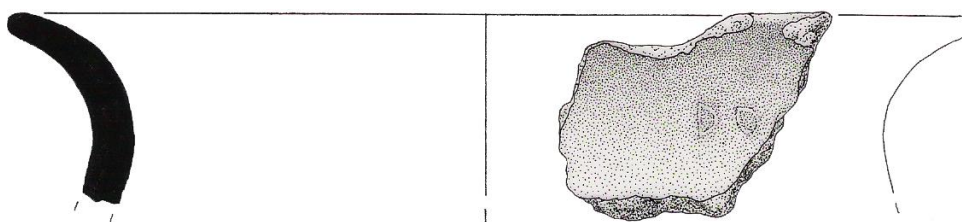


Figura 16 – Pote com duas letras gravadas: DO, recolhido no Sector A.

6.4.3. Sector C e Sondagens

No Sector C, localizado a Norte do Sector B, na zona mais elevada do povoado, detectou-se o derrube de uma grande estrutura cuja funcionalidade e mesmo a localização permanecem desconhecidas. Ao mesmo tempo, foram registados vestígios claros da existência de um forno: acidentes de cozedura, nomeadamente fragmentos de telhas que terão sido submetidas a temperaturas demasiado elevadas durante a sua cozedura; elementos pétreos de xisto ruborizados por acção do fogo; escória. A presença de cerâmica comum e ocasional Terra Sigillata Hispânica Tardia confirma a cronologia romana.

A abertura de sondagens no sopé da elevação localizada a Norte da Terronha (e que corresponde ao limite Norte desta) possibilitou a compreensão da extensão da área de ocupação (ou simplesmente de utilização ocasional do espaço) em período romano, nessa direcção. Enquanto que a Sondagem 2 não forneceu quaisquer vestígios arqueológicos, a Sondagem 1 proporcionou escassos mas claros vestígios de presença humana antiga: uma muito pequena e não estruturada zona de combustão e poucos materiais

arqueológicos. Mais uma vez a presença de um fragmento de Terra Sigillata Hispânica Tardia coloca esta realidade no período romano.

O posicionamento destes indícios de ocupação num faseamento não é, por enquanto, possível.

6.5- Ocupações humanas da Terronha de Pinhovelo: uma síntese

Apesar das diversas questões por responder no que respeita às ocupações da Terronha de Pinhovelo, foram já adquiridos dados que nos permitem ganhar alguma percepção de como o espaço foi utilizado ao longo do tempo.

Nos pontos anteriores foram expostos sumariamente os dados existentes para cada uma das áreas intervencionadas. Ensaaiemos, contudo, uma curta análise conjunta, cientes das suas limitações neste estado inicial dos trabalhos, mas, ao mesmo tempo, convictos da sua utilidade e necessidade para a compreensão da jazida no seu todo.

Não mencionando a construção dos taludes, ainda não posicionada cronologicamente, o momento de ocupação mais antigo até agora identificado na Terronha de Pinhovelo, insere-se na da Idade do Ferro. A sua caracterização encontra-se extremamente limitada pela exiguidade da área na qual foi identificado: somente no Sector A e escassamente nos primeiros trabalhos de 1997, numa área com algumas semelhanças com o sector supra citado. Apesar de, até ao momento, não se ter logrado identificar esta fase crono-cultural no Sector B e C, supomos tal dever-se, por um lado, à fase inicial dos trabalhos e, por outro (e principalmente), a alterações ocorridas em época romana. Desta forma, julgamos provável que se tenha verificado uma utilização plena do espaço físico desta elevação durante o período em questão, em moldes ainda pouco conhecidos.

A cronologia da construção das estruturas mais antigas, os taludes, é ainda desconhecida, sabendo-se somente que é anterior a qualquer fase até agora intervencionada no Sector A, podendo enquadrar-se mesmo assim na Idade do Ferro. Não afastamos, de qualquer modo, a possibilidade de existir uma fase de ocupação anterior, à semelhança do que acontece no Crasto de Palheiros (Murça), jazida com uma fundação calcolítica (com a construção de monumentais taludes), reocupada na Idade do Ferro, mas sem uma presença romana (Sanches e Pinto, 2005).

	Cronologia	Sector A	Sector B
Fase 1	Indeterminado	Construção de taludes	
Fase 2	Idade do Ferro	Estrutura sub-circular	
Fase 3	Idade do Ferro	Depósitos (sem contexto estrutural)	
Fase 4	Romano	Compartimento rectilíneo	Ambientes I, III, IV e V; Lajeado
Fase 5	Romano	Entulhamento; estruturas de combustão	Ambiente II: lajeado e paredes sobre derrubes

Figura 17 – Primeiro esboço de um faseamento da Terronha de Pinhovelo

No que respeita à ocupação de época romana é possível fazer algumas correlações entre as áreas escavadas, em particular entre os Sectores A e B, visto não existirem dados suficientes para o Sector C e Sondagens, dada a pequena área aberta. No que respeita à área da intervenção de 1997, não foram avaliados de forma sistemática todos os dados disponíveis.

Deste modo, a mais antiga fase até agora identificada no Sector B, com a construção das primeiras estruturas, poderá ser contemporânea das estruturas que agora afloram no extremo Norte do Sector A. Tratam-se, porém, de meras possibilidades. Não podemos deixar de referir a escassa extensão dos níveis romanos escavados no Sector A e a pouca exploração da área em profundidade.

De qualquer modo, poderá existir uma relação entre os momentos romanos mais recentes dos dois sectores. A existir, tal significará que enquanto na fase mais tardia na área do Sector B verificavam-se reestruturações do espaço, com a construção de novas paredes e lajeados por cima de derrubes, aproveitando construções anteriores; no Sector A ter-se-ão verificado movimentações de terras colmatando estruturas mais antigas, seguido da reutilização da zona para áreas de combustão. A selecção desta zona para entulhamento e queima de lixos domésticos poderá indicar, o seu carácter periférico e até, possivelmente, uma retracção da área habitada.

O estudo dos conjuntos artefactuais de cronologia romana encontra-se numa fase muito inicial. Mesmo assim, ambas as fases deverão enquadrar-se no final do Alto Império e no decorrer do Baixo-Império.

7- A TERRONHA DE PINHOVELO NA CIVITAS ZOELARUM: PRIMEIRA SINOPSE

Face à bibliografia disponível parece claro que o povoado da Terronha de Pinhovelo encontrar-se-ia inserido no território do povo Zoelae. Como foi já referido, de acordo com as hipóteses teóricas de delimitação das fronteiras, o povoado aqui analisado localizar-se-ia perto da extremidade Sul do território. A posição de controlo que detém sobre a depressão de Macedo, em conjunto com a Fraga dos Corvos e outras elevações nas quais a tradição popular situa “construções antigas” e “casas redondas” (contextos ainda não averiguados no terreno), seria de grande importância a nível geo-estratégico. Tendo em conta o presumível carácter bélico destas populações e a existência de frequentes conflitos territoriais em tempos pré-romanos, o domínio sobre esta zona natural de passagem (e de entrada no território Zoela) deverá ter sido crucial.

Existem já alguns dados que poderão atestar a plena integração da comunidade que habitava este local no enquadramento sócio-cultural e até económico da *ciuitas zoelarum*. Entre estes salientamos a descoberta na elevação de uma epígrafe com iconografia presumivelmente indígena, a rosácea hexapétala, em conjunto com um motivo exógeno, os esquadros rebaixados.

No que respeita às epígrafes detectadas no Solar dos Sarmentos, em Pinhovelo, estas parecem indicar a presença de uma necrópole de cronologia romana. Contudo, apesar da proximidade com o povoado fortificado poder induzir à interpretação do local do Solar como necrópole da Terronha de Pinhovelo, devemos salientar a existência, sensivelmente a igual distância, de vestígios arqueológicos de época romana perto da aldeia de Travanca. Trata-se de uma jazida localizada numa zona plana e aberta, a Sudeste da Terronha.

As actividades de tecelagem, ou o mero fabrico de matéria-prima para trabalhos têxteis, nomeadamente de linho, deverão ter sido determinantes no intercâmbio cultural e económico com os exércitos e populações exógenas, romanas, tal como atestam as fontes clássicas. Na Terronha de Pinhovelo existem evidências materiais de actividades de tecelagem. De facto, em duas campanhas de escavação foram recolhidos quinze pesos de tear e nove cossoiros. Estes artefactos são maioritariamente cerâmicos, contando-se, no entanto, cinco pesos e quatro cossoiros de xisto.

Outras actividades surgem atestadas, completando o cenário de uma economia agro-pastoril tida na bibliografia como característica dos Zoelae. A recolha de sementes de trigo e cevada (cujo estudo encontra-se ainda em fase preliminar), bem como de vários fragmentos de mós circulares evidenciam a importância do cultivo cerealífero e das práticas de farinação para consumo. Ao mesmo tempo, a abundante fauna mamalógica demonstra a componente pecuária no regime de subsistência desta população.

Parece claro, assim, que as várias características com as quais usualmente se conota as populações da região do Nordeste Transmontano, os Zoelae, se encontram identificadas no povoado fortificado da Terronha de Pinhovelo e, de um modo geral, nos restantes sítios intervencionados na região de Macedo de Cavaleiros. Espera-se, no entanto, que a continuação das investigações neste sítio arqueológico, assim como nos restantes projectos plurianuais (a carta arqueológica e as escavações no povoados do Cramanchão e Bovinho) possa no futuro trazer para discussão mais dados e novas perspectivas.

BIBLIOGRAFIA:

ALARCÃO, J. (1988)

O Domínio Romano em Portugal. Lisboa: Mem Martins. Europa América (Fórum História).

ALARCÃO, J. (1990)

A Conquista do Território In Alarcão, J. de Coord. *Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença (Nova História de Portugal; I) p.352-382.

ALARCÃO, J. (1999)

Populi, Castella e Gentilitates In *Congresso de Proto-história Europeia* [Guimarães 4-7 de Março de 1999]: Actas. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento (Revista de Guimarães. Guimarães. Vol. especial (1999). Vol. I p.133-150.

ALVES, F.M. (1910)

Memórias archaeológico-históricas do Districto de Bragança, Porto: Typ. Empreza Guedes.

ALVES, F. (1910)

Epigrafia Bragançana, O Archaeólogo Português, Lisboa, 1ª série 18, p.1-2.

CARVALHO, et al. (1997)

Assentamento romano fortificado da Terronha (Macedo de Cavaleiros). *Em Busca do Passado 1994/1997*, Junta Autónoma de Estradas, Lisboa.

CIL II Hübner, E (1869/1892)

Inscriptiones Hispaniae Latinae. Berolini: Georgium Reimerum (Corpus Latinarum 2).

ENCARNAÇÃO, J. D', (1997)

“Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina”, Coimbra: 2ª Ed. (Universidade) Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Cadernos de Arqueologia e Arte).

ENCARNAÇÃO, J. D’, (1990)

A Religião. In Alarcão, J. de. Coord. *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Ed. Presença (Nova História de Portugal I) p.442-460.

FIGUEIRAL, I.; Sanches, M. (2003)

Eastern Trás-os-Montes (NE Portugal) from the late Prehistory to the Iron age: the land and the people. In Fouache, E. (Ed.), *The Mediterranean World Environment and History*. Elsevier, p. 315-329.

GARCIA Y BELLIDO, A. (1993)

España y los Españoles. Hace Dos mil Años según la Geografía de Strábon, Edición Mª Paz Gracia-Bellido, Madrid: Espasa Calpe S.A. Colección Austral.

GUERRA, A. (1995)

“Plínio-o-Velho e a Lusitânia”, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M.C. (1993)

Reflexiones sobre las unidades organizativas indígenas del área indo-europeia In González, M. C.; Santos, J., eds *Revisiones de Historia Antigua*, Instituto de Ciências de la Universidad del País Vasco, p.139-166.

LEMOS, F.(1993)

O povoamento romano em Trás-os-montes Oriental. Braga: [s/n] (Tese de Doutoramento em Pré-História e História da Antiguidade, Universidade do Minho, 1993).

LEMOS, F. (1995)

Zoelas e a ciuitas Zoelarum: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste In Jorge V.O. Coord. 1ºCongresso de Arqueologia Peninsular (Porto 12-18 Outubro de 1993): Actas, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p.295-310.

LOMAS, F. (1983)

Instituciones Indo Europeas In *Historia de España Antigua*, Tomo 1, Madrid: Cátedra, p.111-126.

MENDES, C. (Coord.) (2005)

Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Campanha 1/2004. *Cadernos “Terras Quentes”*, 2, Edições ATQ/CMMC, p. 5-49.

MENDES, 2005b

Povoado do Bovinho. Resultados preliminares da Campanha 1/2003. *Cadernos “Terras Quentes”*, 2, Edições ATQ/CMMC, p. 91-98.

MENDES, 2005c

Macedo de Cavaleiros. Cultura, Património e Turismo. Contributos para um Programa Integrado. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

MOURINHO, A. (1980)

Roma na Terra de Miranda In *Actas do Seminário de Arqueologia*, Vol. III, Guimarães: p.93-106.

QUADRADO, R.; Alves, C.; Macedo, J.; Cramez, C.; Ribeiro, A. (1964)

Notas prévias sobre a Geologia de Trás-os-Montes. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Vol. XV – Fasc. III. Lisboa, p.129-148.

REDENDOR, A. (2002)

Epigrafia romana da região de Bragança, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia; 24.

SANCHES, M. (1997)

Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vol. I. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto.

SANCHES, M. e Pinto, D. (2005)

O Crasto de Palheiros – Murça (Norte de Portugal). Notas sobre um povoado proto-histórico em Trás-os-Montes. In Colóquio Castro, um lugar para habitar. *Cadernos do Museu*.11. Penafiel, Museu Municipal.

SENNA-MARTINEZ, J. ; Ventura J.; Carvalho, H. (2005)

A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): um sítio de habitat do “mundo Carrapatos” da primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *Terras Quentes*”, 2, Edições ATQ/CMMC, p.61-81.

SILVA, A. (1986)

A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, Dissertação de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VASCONCELOS, J. (1913)

Religiões da Lusitânia: na parte que se refere principalmente se refere a Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. Vol. 3.